

## **Discurso proferido pelo Presidente da Assembleia-Geral, Almirante José Manuel Castanho Paes**

Começo por agradecer a todas as ilustres entidades presentes ou que se fizeram representar, dignando-se aceitar o nosso convite, a honra e o prazer que temos na vossa estimável companhia durante este acto solene de grande importância para a nossa vida associativa.

Quero também manifestar a todos os camaradas nossos associados aqui presentes, a minha satisfação pessoal pela vossa participação neste acto associativo, dando assim um primeiro apoio moral à nova equipa que vai, a partir de hoje, conduzir os destinos da AOFA.

Aos camaradas que constituíram os corpos sociais cessantes, designadamente o Conselho Nacional e a Direcção, é com o maior gosto que lhes expresso, em nome de toda a massa associativa, o muito apreço, aliás já manifestado em voto de louvor aprovado na última Assembleia-Geral, pela sua muita dedicação, esforço e mérito, bem consubstanciado nas suas proficuas actividades em prol da nossa Associação, dos Oficiais das Forças Armadas e da Instituição Militar em geral, ao longo de um período de tempo bastante mais prolongado do que os dois anos que, em condições normais, estão estatutariamente fixados para os mandatos.

Aos camaradas que vão hoje agarrar as rédeas do futuro próximo da AOFA, ou o leme desta nau (se preferirem uma linguagem náutica), deixo desde já, também em nome de todos os associados, votos das maiores felicidades e sucessos numa conjuntura em que infelizmente não se esperam ventos de feição.

Os tempos difíceis que o nosso País está a atravessar, fruto não só de causas externas alheias à vontade nacional, mas também de muita incompetência, imprudência e fraca consciência no tratamento da coisa pública, vão necessariamente ter reflexos na instituição militar, tal como em todos os demais sectores públicos. E disso não nos podemos iludir.

Cumpre-nos pois estar atentos e procurar, nesta adversidade, saber separar o que é essencial e relevante daquilo que é secundário ou pouco significativo, actuando com a necessária prudência e competência, mas também com firmeza e uma forte consciência sócio-profissional que se mostre claramente independente de quaisquer pressões ou interesses político-partidários. Só assim se poderão angariar o prestígio, a audição, a adesão e uma maior compreensão junto de todos os níveis hierárquicos da instituição militar, incluindo as chefias máximas das Forças Armadas, como objectivo idealmente desejável, agora mais do que nunca do interesse de todas as partes envolvidas.

Contudo, no cerne das nossas preocupações não podem deixar de estar os valores e o conjunto de deveres e direitos que legitimamente assistem aos militares, com vista à correcta assumpção das suas responsabilidades perante o País. Os valores que tradicionalmente regem a instituição militar e enformam a condição militar não podem de modo algum ser menosprezados, sob pena de se quebrar a coesão e a disciplina das Forças armadas, bem como a motivação e a vontade de bem servir dos próprios militares, o que teria óbvios reflexos negativos na qualidade dos seus desempenhos profissionais, com os consequentes prejuízos no cumprimento das missões.

Os problemas que os militares enfrentam são vários e alguns persistem desde há largos anos. Passam pelas carreiras, remunerações, saúde, assistência na doença, fundo de pensões, condicionalismos ao associativismo militar e o próprio estatuto da condição militar.

Os militares aceitarão sacrifícios, para além daqueles que naturalmente resultam da sua condição específica, se tiverem a plena consciência de que lhes estão a ser impostos com a devida justiça no quadro social das dificuldades conjunturais que o País atravessa. O que não será tolerável é que os militares possam vir a ser discriminados negativamente no conjunto das corporações públicas nacionais, nem que os sacrifícios impostos não levem em linha de conta o bastante mais que já lhes tem vindo a ser exigido e cortado ao longo de vários anos, comparativamente com muitas das referidas corporações públicas.

Concretamente no que respeita à condição militar, no seu conjunto de deveres e direitos próprios, impõe-se-nos estar especialmente atentos a eventuais tentativas de transformar as Forças Armadas num corpo de funcionários públicos, amorfo, desmotivado e ineficiente, como infelizmente já se verifica em largos sectores da nossa Administração Pública. A necessidade de racionalizar recursos e meios não pode ser associada a qualquer processo de intenções que vise destruir o quadro de valores e princípios essenciais ao funcionamento das Forças Armadas. E assistir impávida e serenamente a qualquer tentativa de destruição de uma instituição de indispensável utilidade e valia para a defesa de interesses nacionais fulcrais, não é certamente aquilo que se pode esperar por parte dos militares que se prezam e honram de o ser, servindo Portugal nas Forças Armadas.

Muito grato pela vossa atenção, termino com um sincero bem-haja pela vossa estimável e amigável presença.